

# Câmara Municipal de Mêda

Mandato 2013/2017

## Ata número cinco

Ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal, realizada  
no dia nove de março de dois mil e dezasseis

  
Susana  
Silva

Aos nove dias do mês de março do ano de dois mil e dezasseis, nesta Cidade de Mêda, na Sala de Reuniões dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal de Mêda, sob a Presidência do Senhor Presidente Anselmo Antunes de Sousa, estando presente o Senhor Vice-Presidente Paulo Jorge Santos Dias Esteves e os Senhores Vereadores Paulo Jorge de Lemos Amaral, António César Valente Figueiredo e António Manuel Saraiva Lopes.-----

### **1 - ABERTURA E ORDEM DE TRABALHOS**-----

Às dez horas e sete minutos, o **Senhor Presidente** declarou aberta a reunião.-----

### **2 - SITUAÇÃO FINANCEIRA** -----

Foi presente o Resumo Diário de Tesouraria número quarenta e cinco de vinte e oito de março de dois mil e dezasseis, cujo valor em **Operações Orçamentais** é de **90.511,03€** (noventa mil quinhentos e onze euros e três cêntimos) e em **Operações Não Orçamentais** de **313.137,02€** (trezentos e treze mil cento e trinta e sete euros e dois cêntimos).-----

### **3 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA**, em conformidade com o artigo 52.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

O **Senhor Vereador Paulo Amaral** propôs que fossem enviadas felicitações ao novo Presidente da República, passando de seguida à leitura da proposta:-----

#### **“FELICITAÇÃO AO NOVO PRESIDENTE DA REPÚBLICA PELA SUA TOMADA DE POSSE**

Quis a feliz coincidência ter lugar hoje, dia 09 de março, Reunião Ordinária da Câmara Municipal de Mêda, coincidindo com a tomada de posse do XX Presidente da República – Quinto do Regime Democrático - pós 25 de Abril.-----

O Executivo Municipal apresenta a Vossa Excelência, Senhor Presidente da República, Professor Doutor Marcelo Rebelo de Sousa, que conte com a total disponibilidade deste Município.-----

Acreditando num exercício político para os Portugueses com elevado sentido de estado.-----

Deseja-lhe também um mandato auspicioso para os Portugueses”.-----

Susana  
Silva

O Executivo deliberou, por unanimidade, mandar o Senhor Presidente da Câmara para remeter esta deliberação a Sua Excelência o Presidente da República Portuguesa.-

O **Senhor Vereador António Lopes** começou por questionar o **engenheiro Armindo** sobre a Zona Envolvente ao Polo Termal de Longroiva. Indagou se a parte elétrica constava do projeto inicial e se posteriormente houve alguma alteração a esse projeto.-----

O **engenheiro Armindo** respondeu que a parte elétrica já constava do projeto inicial, porém, houve uma alteração ao projeto por parte da EDP.-----

O **Senhor Vereador António Lopes** quis saber se existe algum projeto dessa obra e também da obra executada pela empresa Eletrojarm, ao que o **engenheiro Armindo** respondeu afirmativamente.-----

O **Senhor Vereador António Lopes** recordou ter questionado o Senhor Vice-Presidente se a obra referente a terraplanagens que tinha sido excetuada no mês de agosto iria ser paga, tendo-lhe respondido, na altura, que não e que tinha inclusive dado indicações para que não fossem pagas, questionando de seguida o **engenheiro Armindo** se essas obras de terraplanagem foram pagas ou não.-----

O **engenheiro Armindo** respondeu que essas obras foram pagas.-----

O **Senhor Vereador António Lopes** perguntou o porquê daquela obra ter sido paga, já que foi executada em agosto e o concurso só foi aberto em novembro.-----

O **engenheiro Armindo** reiterou, que relativamente àquela obra, foi tudo pago.-----

O **Senhor Vereador António César** perguntou ao **engenheiro Armindo** se quando foram efetuadas as terraplanagens, a obra já estava adjudicada, ao que o **engenheiro Armindo** respondeu que não, prosseguindo o **Senhor Vereador**, recordou o engenheiro de lhe ter perguntado, e as declarações do engenheiro constam da ata de onze de março de dois mil e quinze se fez a medição daquela obra, ao que respondeu que não, apenas lhe deram indicações para dar uma informação, com o objetivo de serem pagos noventa e sete mil euros.-----

Continuou o Senhor Vereador, dizendo ter ficado com dúvidas sobre o projeto de eletrificação. Pelo que perguntou se esse projeto de eletrificação fazia parte do projeto inicial, ao que **engenheiro Armindo** respondeu que sim, explicando que foi feita uma empreitada à parte, uma vez que a parte elétrica só estava prevista até um determinado sítio e depois foi prolongada para o lado da Estrada Nacional 102,

Susana  
Silva

sublinhando que todos aqueles aumentos fazem parte da empreitada da empresa Eletrojarm.-----

De novo no uso da palavra, o **Senhor Vereador António Lopes** perguntou sobre a ponte do Aveloso. Disse ter verificado que consta da conta final da obra a montagem e desmontagem do estaleiro, indagando em que sítio é que foi montado o estaleiro da Civil Casa.-----

O **engenheiro Armindo** respondeu que estava lá um contentor.-----

O **Senhor Vereador António Lopes** retorquiu que, de facto, o contentor estava lá e que também consta da conta final com um valor de mil e quinhentos euros.-----

Transmitiu que se deslocou ao local e, tendo questionado vários transeuntes sobre o estaleiro, responderam-lhe que nunca lá viram nenhum estaleiro. -----

Porém, consta da conta final o montante de dezoito mil e tal euros para montagem e desmontagem do estaleiro e arranjo da zona paisagística.-----

O **engenheiro Armindo** reiterou que estava lá um contentor, o qual no seu entendimento fazia parte do estaleiro.-----

Prosseguiu o **Senhor Vereador**, lembrando que foi deliberado numa reunião de Câmara uma alteração de betão armado por placas pré-fabricadas. Foi também deliberado que a empresa apresentaria uma alteração ao projeto, onde o empreiteiro assumiria as responsabilidades dessa alteração. Até hoje nunca lhes foi apresentada qualquer alteração ao projeto, tão pouco a responsabilidade do empreiteiro.-----

Verificou que na conta final daquela empreitada consta o pagamento dos metros cúbicos de betão na totalidade, questionando se foi verdade que foram pagos todos os metros cúbicos de betão, ao que o **engenheiro Armindo** respondeu que sim.-----

O **Senhor Vereador** indagou se não deveria constar da conta final o pagamento das placas pré fabricadas em vez do betão armado.-----

O **engenheiro Armindo** disse que, tanto quanto sabe, o que foi acordado entre a Câmara e o empreiteiro é que ficaria ela por ela.-----

O **Senhor Vereador António Lopes** frisou que o que lhes foi dito na reunião de Câmara, foi que a troca de betão armado por placas pré-fabricadas ficaria mais barata, interrogando se, quando o engenheiro lá foi medir, poderia medir metros cúbicos de betão armado, quando lá não existia betão nenhum, tendo o **engenheiro Armindo** respondido afirmativamente.-----

  
Susana  
Silva

Ainda sobre aquela obra, verificou que foram feitos trabalhos complementares, nomeadamente um muro, arranjo de portões e arranjo da zona paisagística no valor de doze mil setecentos e quarenta e dois euros, interrogando onde é que foi feito o arranjo paisagístico.-----

O **engenheiro Armindo** respondeu que não está previsto na conta final nenhum arranjo paisagístico. O que lá está é um movimento de terras, no valor de doze mil e tal euros.-----

O **Senhor Vereador António Lopes** passou a ler a descrição constante da conta final: “escavação em terreno de qualquer natureza (...) em aterro, incluindo carga e transporte, indemnização para montagem e arranjo. Enquadramento paisagístico da zona do empréstimo.” Indagou onde é que foram feitos todos aqueles movimentos.----

O **engenheiro Armindo** explicou que houve um erro. Houve trabalhos a mais de movimentos de terras que foram medidos pelo topógrafo da Câmara Claudino Rebelo.-

O **Senhor Vereador António Lopes** questionou se aqueles movimentos de terras não faziam parte do projeto inicial, ao que o **engenheiro Armindo** respondeu afirmativamente, destacando que houve um erro grave no projeto, pelo que tiveram que ser feitos trabalhos a mais.-----

O **Senhor Vereador António Lopes** questionou se a obra foi adjudicada à Empresa Civil Casa e os movimentos de terras constavam do projeto inicial, porque é que foi feito um novo contrato com a Empresa Gualdins para executar o movimento de terras.-----

O **engenheiro Armindo** disse desconhecer se a obra foi executada pela empresa Gualdins.-----

O **Senhor Vereador António Lopes** abordou um outro assunto. Verificou que na conta final da obra “Arranjos, construção e reparação de pavimentos 2015”, foram executadas obras no valor de vinte mil euros, interrogando onde é que foram executadas aquelas obras no Bairro dos Lameirinhos.-----

O **engenheiro Armindo** respondeu que foram arranjos executados na rua por cima do Falhas, bem como na rua perpendicular.-----

O **Senhor Vereador António Lopes** disse que em dois mil e quinze não viu serem executadas quaisquer obras e passa lá todos os dias, até porque é o bairro onde mora. Disse ter visto sim, mas foi em dois mil e catorze, tendo sido pagos quinze mil e tal

Susana  
Silva

euros, indagou se estão a falar da mesma obra, ao que o **engenheiro Armindo** respondeu que sim.-----

De novo no uso da palavra o **Senhor Vereador António César** dirigiu-se ao engenheiro Armindo, dizendo-lhe que não gosta daquele tipo de procedimento, até porque parece que estão ali a fazer um julgamento. Disse estarem ali para discutir política e entendem que a documentação que lhes chega deve estar assente em seriedade de medição, em seriedade de datas e em seriedade de procedimentos e, como vereadores da oposição, estão ali para zelar pelos interesses da Câmara.-----

Fez saber que numa reunião de Câmara o engenheiro Jorge Daniel disse o contrário relativamente a algumas obras.-----

Disse entender que por vezes seja necessário fazer alguns ajustes em determinadas obras, porém, esses ajustes têm que ser ali discutidos politicamente.-----

Perguntou se as obras que foram feitas na Zona Envolvente ao Polo Termal de Longroiva são uma continuidade do projeto ou se são umas obras à parte.-----

O **engenheiro Armindo** respondeu que é uma continuidade do projeto inicial.-----

Prosseguiu o **Senhor Vereador António César**, dizendo que a obra foi adjudicada por trezentos e quarenta e nove mil euros, mais o que foi pago à Eletrojarm, ultrapassou a barreira dos trezentos e cinquenta mil, ou seja, a obra teria que ter o visto do Tribunal de Contas. Intuiu que houve a preparação de uma obra para trezentos e quarenta e nove mil euros para que o Tribunal de Contas não se apercebesse de nada.-----

Recordou que aquela obra está desde o início revestida de ilegalidades e, quando tentaram criar uma Comissão, da qual o engenheiro Armindo fazia parte, foi-lhes respondido por ele que não poderia fazer parte da Comissão porque sofriam pressões para não terem conclusões idóneas e diretas.-----

Retomou o uso da palavra o **Senhor Vereador António Lopes**, questionando o Senhor Presidente se é obrigatório ou não a obra da Zona Envolvente ao Polo Termal de Longroiva ter o visto do Tribunal de Contas, ao que o **Senhor Presidente** respondeu que não sabia, porém, iria perguntar aos técnicos.-----

O **Senhor Vereador António César** disse que depois de ter ouvido o engenheiro Armindo sobre a Zona Envolvente ao Polo Termal de Longroiva, pretendia agora ouvir o Senhor Presidente da Câmara sobre aquela matéria. Disse que o Senhor Presidente não tem que ser engenheiro, nem tem que ser advogado, nem tem que ser

M  
Susana  
silva

economista, até pode ser apenas uma pessoa com a quarta classe ou sem escolaridade, porém, tem o dever de solicitar aos técnicos da Autarquia que o informem sobre o que os Senhores Vereadores do CDS/PP solicitam, até porque, quando solicitam alguma coisa, não o fazem de forma avulsa, mas sim de forma objetiva e com tempo para que o Senhor Presidente tenha tempo para se preparar, sublinhando que era escusado ter colocado o engenheiro Armindo na situação em que o colocou, se o Senhor Presidente assumisse as suas responsabilidades. -----

Quis saber o motivo pelo qual o Senhor Presidente não enviou aquela obra para o Tribunal de Contas.-----

O **Senhor Vice-Presidente** respondeu que a obra teve trabalhos a menos, pelo que teve um custo inferior a trezentos e cinquenta mil euros.-----

O **Senhor Vereador António Lopes** disse que o Senhor Vice-Presidente se estava a esquecer de incluir os trabalhos realizados pela Eletrojarm, esclarecendo o **Senhor Vice-Presidente** que esses trabalhos, segundo consta, foram feitos numa empreitada à parte, que nada tem a ver com o projeto inicial.-----

O **Senhor Vereador António César** recordou que o engenheiro Armindo acabou de referir que essas dezenas de milhares de euros dizem apenas respeito à continuidade da mesma obra.-----

Ainda sobre aquela matéria disse que aquando do concurso no valor de trezentos e quarenta e nove mil euros, existia uma parte da obra, correspondente a aproximadamente cem mil euros, que já tinha sido executada antes da abertura do concurso, e a informação que lhes foi prestada na altura foi que aquele valor não entraria para pagamento. Indagou porque é que aqueles trabalhos foram pagos.-----

O **Senhor Presidente** respondeu que o projeto foi feito na globalidade. Se foram feitos anteriormente alguns trabalhos pelo empreiteiro que andava a fazer o hotel, a empresa Gualdim Anciães, a qual ganhou o concurso, afirmando de seguida que caso a referida empresa não tivesse ganho a obra, apesar de ter trabalhos feitos, de certeza absoluta que não recebia, receberia quem ganhasse a obra.-----

A terminar asseverou que nada mais foi pago, a não ser o que constava no caderno de encargos aquando do lançamento do concurso.-----

O **Senhor Vereador António César** quis deixar em ata que o Senhor Presidente acabou de considerar trabalhos que posteriormente foram feitos através de um concurso, e

H.  
Susana  
Silva

estavam a falar em meses, do início de uma obra que não deveria ter sido considerada porque foi promessa. Proclamou que não foi a informação que lhe deram. Considerou ser uma obra irregular até porque o procedimento ainda nem estava aberto e já tinham escolhido o empreiteiro.-----

O **Senhor Vereador António César** abordou depois um outro assunto. Transmitiu que na última sessão da Assembleia Municipal de Mêda o Senhor Deputado Municipal Pedro Lourenço disse que este ano não houve um reforço financeiro para a equipa de juvenis do Sporting Clube de Mêda e que até foi retirado dinheiro para esta época, garantindo que foi feito um reforço financeiro.-----

Continuou, dizendo que na última sessão da Assembleia Municipal foi colocada uma questão técnica pelo Senhor Deputado Municipal João Zeferino. Explicou que, de facto, a partir de um janeiro de dois mil e dezasseis, as licenças estão ligadas à terra, ou seja, se anteriormente a licença estava desligada da terra e quem tivesse uma licença poderia ficar com a terra e vender a sua licença, neste momento, para haver uma transferência tem que haver posse da propriedade.-----

Recordou que já o disse no início do mandato e já o defende há anos, que é a criação de uma Bolsa de Cadastros através de uma entidade privada, mas apoiada pela Câmara, onde a Câmara pudesse invocar interesse público e através desse interesse público fixar licenças. Esclareceu que não quer isto dizer que toda a gente tenha obrigatoriamente que ceder essas licenças à Bolsa criada pela Câmara, mas a mesma teria uma Bolsa a preço de mercado, o que possibilitaria às pessoas que quisessem deixar de trabalhar as vinhas, seja que por motivo fosse, ter uma instituição que ficasse com essas mesmas licenças, o que, por sua vez, permitiria que, posteriormente e através de uma adequada execução, essas licenças não saíssem do Concelho. E o que foi proposto no início do mandato foi que, primeiramente tivessem acesso os jovens agricultores, depois os agricultores da Mêda e, por último, os agricultores de fora da Mêda, desde que plantassem na Mêda. Reafirmou que é possível a criação de uma Bolsa de Cadastros. -----

Partilhou que nos últimos dez anos a Mêda perdeu à volta de mil e quinhentos hectares de vinha, que, se forem transformados em valores da Região Demarcada do Douro, com uma letra C, de autorização de benefício, se calculam na ordem de milhões de euros.-----

Handwritten signature

Susana  
Silva

Explicou que com a criação dessa bolsa de cadastro evitava-se que os angariadores, que nada têm a ver com a parte agrícola, ganhassem dinheiro à custa dos agricultores, uma vez que houve angariadores que pagavam um preço muito baixo. Solicitou ao Senhor Presidente que informasse o Senhor Deputado Municipal João Zeferino de que é possível a criação de uma bolsa de cadastros.-----

Propôs ainda que, devido ao êxodo das licenças, o Senhor Presidente e o Executivo fizessem pressão junto do IVDP (Instituto dos Vinhos do Douro e Porto) para que haja direitos de plantação para o Douro, nomeadamente, para regiões de altitude, invocando que dentro da Região Demarcada do Douro seja preferencialmente dado a um Concelho como a Mêda, uma vez que foi a mais prejudicada com as saídas, até pela heterogeneidade do Douro de fazer bons vinhos do Porto e bons vinhos de mesa, sendo a Mêda considerada dentro do Douro, a melhor zona para vinhos de mesa V.P.Q.R.D. brancos, de excelência.-----

O **Senhor Vereador Paulo Amaral** subscreveu esta proposta apresentada pelo CDS/PP.-----

A terminar, o **Senhor Vereador António César** falou no processo da D. Susana Morgado. Disse que na última sessão da Assembleia Municipal de Mêda, mais uma vez o Senhor Presidente refutou todas as acusações e imputações que lhe foram feitas, pelo que solicitou que o Senhor Presidente diligencie junto dos antigos Administradores da ADL - Águas de Longroiva, Exploração e Gestão de Águas Termais, E.E.M., para estarem presentes numa reunião, a fim de explicarem o que se está a passar.-----

Solicitou também que seja convidado o Advogado da ADL, há data e ainda o responsável contabilístico da Empresa.-----

Solicitou ainda que lhes seja entregue, através do Gabinete Jurídico da Câmara, toda a documentação referente àquele processo, nomeadamente, gravações, cartas, e ainda a sentença e o recurso feito pela Câmara.-----

Sob proposta verbal do Senhor Presidente, a Câmara deliberou, por unanimidade, marcar uma reunião extraordinária, com data e hora a designar, com a seguinte ordem de trabalhos: Ponto único – Processo 182/12.9TTGRD - COMARCA DA GUARDA – INST. CENTRAL – SECÇÃO DO TRABALHO – J1 (Ação de impugnação judicial regulação e licitude de despedimento).-----

  
Susana  
Silva

Mais foi deliberado considerar desde já convocados os Senhores Vereadores.-----

O Senhor Vereador António Lopes questionou para quando um gabinete para a oposição. Disse que gostaria que esse gabinete tivesse uma impressora, sugerindo que fossem buscar uma das que foram recicladas pela Câmara e que estão a funcionar, nomeadamente na Câmara do Sabugal.-----

#### 4 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA -----

O Senhor Presidente seguidamente declarou aberto o Período da Ordem do Dia da presente Reunião Ordinária, a qual tinha para discussão os seguintes pontos:-----

#### APROVAÇÃO DE ATAS -----

O Senhor Presidente submeteu à votação as seguintes atas, previamente distribuídas, pelo que foi dispensada a sua leitura:-----

Número três, de dois mil e dezasseis, de doze de fevereiro, tendo-se verificado a sua aprovação, por unanimidade.-----

Não participou na votação o Senhor Vereador António César, por não ter estado presente na reunião.-----

Número quatro, de dois mil e dezasseis, de vinte e quatro de fevereiro, tendo-se verificado a sua aprovação, por unanimidade.-----

#### PRESENTES À REUNIÃO, PARA CONHECIMENTO, OS SEGUINTE PEDIDOS DE LICENÇAS DE OBRAS PARTICULARES-----

Judite do Céu Gomes Costa Capelas-----Outeiro de Gatos

Processo Nº14/2016-----DEFERIDO

Silvério Augusto André Fernandes-----Quintãs

Processo Nº23/2016-----DEFERIDO

Maria Delfina Amado Antunes -----Marialva

Processo Nº13/2016-----DEFERIDO

Maria Fernanda Martins Rocha-----Coriscada

Processo Nº75/2015-----DEFERIDO

Palmira da Conceição Soares -----Meda

Processo Nº22-A/2016-----DEFERIDO

Hélder João Martins Nogueira Roque -----Marialva

Processo Nº19/2016-----DEFERIDO

Abel de Jesus Sousa Fonseca -----Casteição

Processo Nº20/2008-----DEFERIDO

*Câmara Municipal de Mêda*

*Ata n.º 5 de 09 de março de 2016*

H.  
Susana  
Silva

Raúl Jaime Távora Henriques -----Aveloso  
Processo Nº35/2015-----DEFERIDO  
Brígida e Dinis, Lda -----Barreira  
Processo Nº18/2016-----DEFERIDO  
Joaquim Manuel Cardoso Ferreira -----Outeiro de Gatos  
Processo Nº119/2015-----DEFERIDO  
Santa Casa da Misericórdia de Mêda -----Mêda  
Processo Nº135/2015-----DEFERIDO  
Alexandre José Almeida Simão Pinto -----Coriscada  
Processo Nº13/2015-----DEFERIDO  
Maria José Reis Pires Santos -----Vale do Porco  
Processo Nº108/2015-----DEFERIDO  
Maria João Monteiro Rodrigues -----Sequeiros  
Processo Nº91/2015-----DEFERIDO  
NOS – Comunicações SA -----Meda  
Processo Nº27/2016 – Autorização para instalação de cabos em condutas na via pública em  
Mêda.-----DEFERIDO

I – A Câmara tomou conhecimento dos pedidos de licenças de obras particulares.-----

**PONTO 1 – PROPOSTA N.º15/2016 – PRESENTE À REUNIÃO PARA APROVAÇÃO**

**ELABORAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO DO CONTROLO DE ASSIDUIDADE,  
PERÍODO DE FUNCIONAMENTO E HORÁRIO DE TRABALHO DO MUNICÍPIO DE MÊDA**

**– INICIO DE PROCEDIMENTO:-----**

I – A Câmara deliberou, por unanimidade, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, aprovar o início do procedimento tendente à elaboração de novo projeto de Regulamento do Controlo de Assiduidade, Período de Funcionamento e Horário de Trabalho do Município de Mêda.-----

**PONTO 2 - PROPOSTA N.º 16/2016 – PRESENTE À REUNIÃO PARA APROVAÇÃO**

**ELABORAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO, CEDÊNCIA E  
UTILIZAÇÃO DO COMPLEXO DESPORTIVO MUNICIPAL DE MÊDA - INICIO DE  
PROCEDIMENTO; -----**

I – A Câmara deliberou, por unanimidade, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, dar início ao procedimento para elaboração do projeto de Regulamento de Funcionamento, Cedência e Utilização do Complexo Desportivo Municipal de Mêda.----

H.  
Susana  
Silva

**PONTO 3 – PROPOSTA N.º 17/2016 – PRESENTE Á REUNIÃO PARA APROVAÇÃO ELABORAÇÃO DO PROJETO DE REGULAMENTO DE FUNCIONAMENTO, CEDÊNCIA E UTILIZAÇÃO DA CASA MUNICIPAL DA CULTURA DE MÊDA - INICIO DE PROCEDIMENTO;**-----

I – A Câmara deliberou, por unanimidade, mediante proposta subscrita pelo **Senhor Presidente**, dar início ao procedimento para elaboração do projeto de Regulamento de Funcionamento, Cedência e Utilização da Casa Municipal da Cultura de Mêda.-----

**PONTO 4 – PRESENTE À REUNIÃO O PEDIDO DA SRª. ANA ISABEL MACHADO AGUIAR RAMOS VIEIRA, COM VISTA À EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL À CONSTITUIÇÃO DE COMPROPIEDADE DO ARTIGO RÚSTICO INSCRITO NA MATRIZ SOB O Nº 1321, NA FREGUESIA DE LONGROIVA;**-----

I – A Câmara deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável à constituição de compropriedade do artigo rústico inscrito na matriz sob o nº 1321, na freguesia de Longroiva.-----

**PONTO 5 – PRESENTE À REUNIÃO O PEDIDO DO SRº. FRANCISCO DE JESUS CAETANO CORREIA, COM VISTA À EMISSÃO DE PARECER FAVORÁVEL À CONSTITUIÇÃO DE COMPROPIEDADE DO ARTIGO RÚSTICO INSCRITO NA MATRIZ SOB O Nº 1867, NA FREGUESIA DE RANHADOS;**-----

I – A Câmara deliberou, por unanimidade, emitir parecer favorável à constituição de compropriedade do artigo rústico inscrito na matriz sob o nº 1867, na freguesia de Ranhados.-----

**PONTO 6 – INFORMAÇÃO Nº 54/SOM - PRESENTE À REUNIÃO, PARA APROVAÇÃO, CONTA FINAL DA OBRA BENEFICIAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PEDONAIS – MARIALVA, ACOMPANHADA DO AUTO DE RECEPÇÃO PROVISÓRIA;**-----

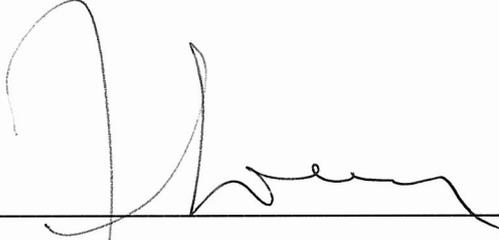
I – A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção dos **Senhores Vereadores António César e António Lopes**, aprovar a Conta Final da obra BENEFICIAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE VIAS PEDONAIS – MARIALVA, acompanhada do Auto de Recepção Provisória.-----

II – Os Senhores Vereadores do CDS/PP fizeram a seguinte declaração de voto:-----  
“Abstemo-nos porque não nos chegou a conta final da obra.”-----

**5 – ENCERRAMENTO DA REUNIÃO;**-----

O Senhor Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião às onze horas

e quarenta e três minutos, da qual foi lavrada a presente ata, que vai ser assinada por si e pela Assistente Técnica do Gabinete de Apoio aos Órgãos Autárquicos Susana Maria Borrego Silva.



---

Susana Maria Borrego Silva

---